

Política



COLUNA DO ESTADÃO

ALBERTO BORGES
TWITTER: @COLUNAESTADAO
COLUNA DE POLÍTICA DO ESTADÃO
POLITICA@ESTADAO.COM.BR | COLUNA.ESTADAO

Governadores terão prepostos em comissão

Os governadores do PSDB participaram das indicações do partido para a Comissão Especial da reforma da Previdência, junto com a bancada na Câmara. Os titulares escolhidos foram Samuel Moreira (SP), Beto Pereira (MS) e Daniel Trzeciak (RS), dos Estados governados por João Dória, Reinaldo Azambuja e Eduardo Leite, respectivamente. Além do canal direto com os meandros do colegiado, o trio tucano mantém poder de pressão para que outras demandas dos Estados não sejam deixadas de lado por Rodrigo Maia e Jair Bolsonaro.

» **Quero mais o quê?** Com seus três votos na Comissão Especial (quase 10%), os tucanos podem negociar para que outras pautas andem também. Entre os projetos prioritários, estão a Lei Kandir, Fundeb e a securitização da dívida pública.

» **O condutor.** Eduardo Cury (SP), cotado para relatar, por ora, ficará com uma suplência. Há resistência na bancada tucana a encampar a missão, mas o líder, Carlos Sampaio (SP), é favorável. Samuel Moreira também está bem na fita.

» **O chefe.** Para a presidência da Comissão Especial, o parlamentar na frente na bolsa de apostas é Marcelo Ramos (PR-AM). Para a relatoria, Pedro Paulo (DEM-RJ) ainda corre por fora.

» **Tiro...** Parlamentares atribuem ao governo a divulgação da liberação de R\$ 40 milhões em emendas condicionadas a votos favoráveis à Previdência. Enxergam uma iniciativa para desgastar o Legislativo às portas da Comissão Especial.

» **...porrada...** Segundo a Coluna apurou, a negociação para a liberação das emendas corria bem, mas sob sigilo. Um líder chegou a dizer que o governo nunca esteve tão perto de montar uma base de apoio.

» **...a bomba.** Tratava-se de emendas empenhadas (que o governo tinha de liberar de qualquer forma), disseram deputados. De um jeito ou de outro, pegou mal, e a relação azedou.

» **Aperitivo.** Em reunião no Planalto, o deputado Fábio Ramalho convidou Jair Bolsonaro para um de seus famosos jantares com parlamentares. De presente, levou queijos e linguas minerais. O presidente topou.

» **Recuo...** Na crise com o filósofo Olavo de Carvalho, o vice-presidente Hamilton Mourão foi aconselhado por militares de alta patente a ter uma postura de integrante das Forças Armadas: respeito à hierarquia e "Brasil acima de tudo".

» **...estratégico.** Esses fardados avaliam que, para o País, o momento é mesmo de colocar água fria na fervura. General Mourão já amenizou o discurso e agora diz que quando um não quer, dois não brigam.

» **Três chic.** Mourão está fugindo dos holofotes para ver se Carlos larga do seu pé. Tem evitado entrevistas, mas ontem à noite falou com o *Le Monde*. O vice é fluente em francês.

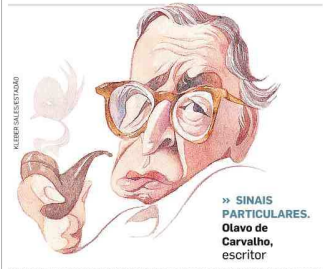


» **CLICK.** O vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ) intercavou nos seus 'stories' do Instagram críticas ao vice-presidente com vídeos dele próprio praticando tiro ao alvo.

» **Express.** O Senado aprovou projeto de José Serra (PSDB-SP) que permite reaproveitar dados ambientais na mesma área geográfica para agilizar o licenciamento. O texto vai à Câmara.

» **Bem na fita.** A secretária Patrícia Ellen (Desenvolvimento) foi escolhida por João Dória para coordenar a reunião do Consórcio de Integração Sul-Sudeste (sábado, em SP) com governadores de seis Estados.

COM JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA



» **SINAIS PARTICULARES.** Olavo de Carvalho, escritor

PRONTO, FALEI!

Coronel Tadeu
Deputado federal (PSL-SP)

"Em respeito à democracia e às instituições, alguém precisa correr nessa história: ou o presidente ou o vice-presidente", sobre mal-estar entre Bolsonaro e Mourão

Legislativo. Elaborado pela Frente Parlamentar Agropecuária, texto em discussão na Câmara prevê fim de autorização para produtores rurais e em obras de infraestrutura

Ministérios apoiam projeto que limita licença ambiental

André Borges | BRASÍLIA

A Lei Geral do Licenciamento Ambiental que será discutida pelo Congresso altera profundamente o processo de emissão dessas autorizações no País, extinguindo a necessidade de licenças para boa parte das atividades agropecuárias e empreendimentos de infraestrutura. Apoiado pelos ministérios do Meio Ambiente, Agricultura e Infraestrutura, o projeto foi elaborado pela Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) e setores da indústria.

Na semana passada, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, entregou a relatoria nas mãos do deputado Kim Kataguirí (DEM-SP), com a missão de que ele submetesse para votação em regime de urgência na Casa, o que significa ir direto para o plenário da Câmara, sem passar por discussões em duas comissões. O Estado teve acesso ao texto que o deputado irá apresentar para discussão.

A votação direta do PL do Licenciamento pelo plenário passou a ser possível porque o texto foi anexado ao projeto de lei da mineração, que tramita na Câmara em regime de urgência.

O texto, que ainda pode sofrer alterações, isenta os produtores rurais da necessidade de pedir licenciamento ambiental — seja este emitido por órgão federal, estadual ou municipal — para o cultivo agrícola ou criação de gado em suas propriedades. A silvicultura, plantações de florestas de estuário, por exemplo, também fica liberada dessas autorizações.

Na área de infraestrutura, fica extinta a necessidade de licenciar obras com um dragagem (retirada de sedimentos) em portos de mares e rios, além de ampliação ou de estruturas existentes, como rodovias e ferrovias. Nesses empreendimentos, fica dispensada a licença ambiental para a autorização para desmatamento de vegetação nativa, o que coincide com a legislação florestal.

O projeto estabelece ainda a possibilidade de reduzir a uma única etapa as três fases do licenciamento realizadas hoje. Elas passariam a ser substituídas pela Licença Ambiental Única. Em paralelo, o texto prevê que os municípios também poderiam estabelecer regras locais para decidir quando, caso a caso, essa aglutinação seria feita. O texto não define que tipo de estudo ambiental o empreendedor obrigatoriamente deve fazer, ou que pode gerar regras distintas em cada Estado, conforme o interesse de cada um.

"Estamos à disposição do Congresso para contribuir com o projeto", disse ao Estado o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, anunciando ontem a nomeação de quatro novos diretores para o órgão, todos eles da Polícia Militar de São Paulo.

Salles divulgou a escolha do coronel Fernando Lorencini, do tenente-coronel Marcos Silmanovic, do major Marcos Aurélio Venâncio e do major Marcos José Pereira — que "junto ao coronel Homero (Corqueira, que assumiu a presidência da autarquia) farão um grande trabalho", escreveu o ministro, em sua conta no Twitter.



Deputado, Kim Kataguirí vai relatar proposta que altera lei de licenciamento ambiental

PROPOSTA

	Como é	Como ficaria
Agropecuária	As atividades rurais devem solicitar autorizações ambientais para expandir ou mudar de atividade.	Os produtores ficariam dispensados de fazer a solicitação do licenciamento ambiental.
Infraestrutura	Ampliações de estradas e ferrovias dependem de licenciamento ambiental para serem executadas.	Projetos de duplicação e modernização não precisariam mais de licenciamento.
Processo	O licenciamento ambiental ocorre hoje em três etapas: licença prévia, de instalação e de operação.	Empreendimentos poderiam solicitar apenas a Licença Ambiental Única (LAU).

Entidades criticam alterações no Código Florestal

» Entidade com cerca de 200 representantes do agronegócio, meio ambiente e setor florestal divulgou manifesto contra projetos para alterar o Código Florestal. Para a Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura, eventuais mudanças causam insegurança jurídica. Na semana passada, os senadores Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e Marício Bittar (MDB-AC) apresentaram projeto que retira o capítulo sobre reserva legal do Código. "Alterar o Código Florestal agora é retrocesso", disse um dos líderes, Luiz Cornachioni.

do licenciamento ambiental, dando agilidade e mais qualidade ao processo". No fim do ano passado, já anunciou ministra da Agricultura, Tereza Cristina também defendeu as mudanças hoje contidas no texto.

Celeridade. As novas regras previstas no substitutivo de Kataguirí estão alinhadas ao discurso do presidente Jair Bolsonaro. Em dezembro, após a eleição, Bolsonaro disse que "a licença ambiental atrapalha quando um prefeito, governador, presidente, quer fazer uma obra de infraestrutura, uma estrada, por exemplo, quer rasgar uma estrada, quer duplicar. São problemas infindáveis".

Kataguirí, que passou a integrar a Frente Parlamentar Agro-

pecuária, diz que seu objetivo é "conciliar celeridade com fiscalização e controle", para que o processo seja mais rápido. "A ideia é que a gente alcance um equilíbrio entre o setor produtivo e os ambientalistas, para que o licenciamento ambiental deixe de ser uma mera burocracia, um fator que atrapalha, para ser parte do planejamento estratégico do empreendimento e auxilie no desenvolvimento", disse.

O deputado disse que tem conversado com líderes partidários para atingir um consenso o mais rápido possível. "Estou trabalhando para que seja pautado em, no máximo, duas semanas na Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que a data da votação não está definida.

Sobre a ausência de licenciamento para atividades do agronegócio, o deputado disse que "esse é um ponto que o próprio agronegócio topa negociar uma licença simplificada, um processo bastante célere". Segundo ele, seu texto já busca extinguir o licenciamento apenas em áreas já produtivas.

Para o consultor jurídico do Instituto Socioambiental, Maurício Guetta, o projeto "é uma colcha de retalhos voltada a isentar atividades impactantes de licenciamento e reduzir a segurança ambiental de obras". "Se aprovado, significará a possibilidade de novos desastres e danos socioambientais", disse. Os ministérios da Agricultura e da Infraestrutura não se manifestaram até a conclusão da edição.

Após demissões, Salles põe PMs na cúpula de instituto

BRASÍLIA

Depois de receber a notificação de três pedidos de exoneração conjunta de diretores do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), autarquia responsável pela administração das Unidades de Conservação Federais, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, anunciou ontem a nomeação de quatro novos diretores para o órgão, todos eles da Polícia Militar de São Paulo.

Salles divulgou a escolha do coronel Fernando Lorencini, do tenente-coronel Marcos Silmanovic, do major Marcos Aurélio Venâncio e do major Marcos José Pereira — que "junto ao coronel Homero (Corqueira, que assumiu a presidência da autarquia) farão um grande trabalho", escreveu o ministro, em sua conta no Twitter.

As diretorias do ICMBio e do Ibama, assim como a do próprio ministério, já reindeem pelo menos 17 militares em cargos de chefia. No pedido de exoneração, os dirigentes citaram, como motivação, a saída do então presidente do órgão, Adalberto Eberhard, que deixou o cargo após o ministro determinar a abertura de um processo administrativo contra funcionários do ICMBio.

"Frente à exoneração do senhor Adalberto Eberhard do cargo de presidente do ICMBio no último dia 15 e reconhecendo a necessidade de que suas orientações para o instituto sejam amparadas e conduzidas

por uma equipe de sua mais elevada estima e confiança, vimos solicitar a exoneração dos cargos", afirmam os três no pedido entregue ontem a Salles. Anteontem, o ministro já havia exonrado Fernando Weber, que chefiava o Parque Nacional Lagoa do Peixe. O dirigente também era vinculado ao ICMBio.

Na origem da crise está encontro ocorrido no dia 13, no qual Salles, ao lado de ruralistas e pescadores, ameaçou os servidores com um processo administrativo, por não estarem presentes no encontro. Os servidores alegam que não foram convidados previamente.